



AO EXPEDIENTE
Em 07/08/19

Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa
Casa de Eptácio Pessoa
Gabinete da Deputada Estadual DRA PAULA

VISTO

REQUERIMENTO Nº 102 /2019

AUTOR: DEPUTADA DRA. PAULA

EMENTA: Requer ao Deputado Adriano Galdino, Presidente da Assembleia Legislativa convocação de **Sessão Especial**, para debater a REFORMA TRIBUTÁRIA em tramitação no Congresso Nacional e dá outras providências.

Senhor Presidente,

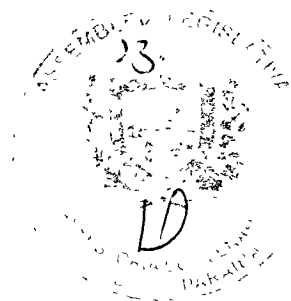
Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental que depois de ouvido o plenário, seja convocada a realização de **Sessão Especial**, para debater a REFORMA TRIBUTÁRIA em tramitação no Congresso Nacional no Plenário JOSÉ MARIZ com a participação das autoridades, secretários e assessorias estaduais e municipais da área financeira e fiscal.

Sala de Sessões, 06 de agosto de 2019.

Dra. Paula
Deputada Estadual



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Eptácio Pessoa
Gabinete da Deputada Estadual DRA PAULA



JUSTIFICATIVA

O Congresso Nacional inicia as discussões sobre a Reforma Tributária, nesse sentido, existem duas propostas tramitando, Na Câmara dos Deputados o Projeto de Emenda à Constituição Nº45/2019 que se encontra na comissão especial recém instalada a semana passada de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Paralelamente, o Senado apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com base em um texto que tramita na Casa desde 2004.

Verificasse convergências nas propostas, nesse sentido, se observa que basicamente todas partem da intenção da criação de um imposto único unificando impostos federais, estaduais e municipais (Denominado de IBS – Impostos sobre Operações de Bens e Serviços reunindo os impostos IPI, PIS, CONFINS, ICMS e ISS e ainda outra proposta criando o IVA – Imposto concentrado os impostos IPI, PIS, Cofins, IOF, Salário-Educação, Cide, CSLL, todos federais, o estadual ICMS e o municipal ISS). Por outro lado, modificando a forma de cálculo da correção da Tabela de Imposto de Renda, e ainda, prevendo a criação de um imposto sobre transações financeiras, que já foi comparado à antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Ante a polemica que deverá ser criada por conta dos mais diversos interesses dos diferentes setores da sociedade brasileira, da federação, dos estados e dos municípios, entendemos que devemos criar espaços e tribunas para que a sociedade se manifeste, principalmente **os municípios**, sempre relegados e fragilizados pelos minguados repasses pelo ente federal. Estamos propondo esta Sessão Especial onde levaremos informações e colheremos as reivindicações que possam chegar até nossos deputados, senadores e senadores da república e que estes, as façam inserir nas discussões do Congresso Nacional.

Dra. Paula
Deputada Estadual